



PROPOSTA CURRICULAR
CURSO DE AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE
Pólos-Base Diauarum, Pavuru e Ngoiwere
PARQUE INDÍGENA DO XINGU



Foto do acervo da UNIFESP/Projeto Xingu - equipe de saúde

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Departamento de Medicina Preventiva, Maio de 2007

Convênio UNIFESP/Projeto Xingu – Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/MS

COORDENAÇÃO

Coordenação do Projeto Xingu – USMA / Unifesp

Douglas Rodrigues- médico sanitaria

douglas.xingu@uol.com.br

Coordenação da Formação de Recursos Humanos

Coordenação do Curso de Formação dos Agentes Indígenas de Saúde

Sofia Mendonça - médica sanitaria, mestre em antropologia

sofia.mendonca@uol.com.br

Núcleo Profissionalizante

Equipe de instrutores

Douglas Rodrigues – médico sanitaria - UNIFESP/Projeto Xingu;
Sofia Mendonça – médica sanitaria, antropóloga - UNIFESP/Projeto Xingu;
Lavínia Oliveira – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Vânia Rabelo – enfermeira – UNIFESP/Projeto Xingu;
Juliana Leal – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Raquel Madrigal Matellanes - UNIFESP/Projeto Xingu;
Mariana Queiroz – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Érika Macedo – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Tymain Kaiabi – auxiliar de enfermagem - UNIFESP/Projeto Xingu;
Poikô Kaiabi Suyá – auxiliar de enfermagem - UNIFESP/Projeto Xingu;
Aiguré Txicão – auxiliar de enfermagem - UNIFESP/Projeto Xingu;
Anna Elisa Tesima de Oliveira – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Erica Ribeiro Pereira – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu;
Patrícia Rech – enfermeira – UNIFESP/Projeto Xingu;
Marcos Shaper – médico - UNIFESP/Projeto Xingu;
Marcos César Floriano – médico - UNIFESP;
Clayton Coelho – médico - UNIFESP/Projeto Xingu;
Pablo Lemos – odontólogo - UNIFESP/Projeto Xingu;
Lucila Hirooka – odontóloga - UNIFESP/Projeto Xingu;
Selma Nunes – odontóloga - UNIFESP/Projeto Xingu;
Wilson Mestriner – odontólogo – FORP/USP – Ribeirão Preto;
Ewerton Aires – nutricionista - UNIFESP/Projeto Xingu;
Evelim Plácido – enfermeira - UNIFESP/Projeto Xingu.

Núcleo Educação Escolar:

Coordenação da Educação Escolar

Estela Wurker – educadora - UNIFESP/Projeto Xingu;

Equipe de instrutores:

Estela Wurker – educadora - UNIFESP/Projeto Xingu;
Maria Cristina Tronarelli – educadora - UNIFESP/Projeto Xingu;
Cláudio Lopes de Jesus – etnomatemático - UNIFESP/Projeto Xingu
Paulo Sérgio Ondeí – arte-educador - UNIFESP/Projeto Xingu.
Korotowi Taffarel Txicão – professor indígena – Diretor Escola Pavuru;
Maiuá Txicão – professor indígena – Escola Pavuru;
Pikuruk Kaiabi – professor indígena – Escola Diauarum;
Aturi Kaiabi – professor indígena – Escola Diauarum;
Takap Pi’yu Turmai Kaiabi – professor indígena – Escola Pavuru;
Hukai Wauja – professor indígena – Escola Pavuru;
Tempti Suyá – professor indígena – Escola Wawi;
Karim Kaiabi Yudjá – professor indígena – Escola Diauarum;
Yapariwá Kaiabi Yudjá – professor indígena – Escola Diauarum;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Departamento de Medicina Preventiva

Rua Borges Lagoa, 1341, 2º. andar, V. Clementino – São Paulo-SP

FONE / FAX (0++11) 5084.4397 - usma@medprev.epm.br

ÍNDICE

- I. APRESENTAÇÃO
- II. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
- III. O LUGAR DE ENSINAR E APRENDER
- IV. METODOLOGIA
- V. OBJETIVO
- VI. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- VII. BASES LEGAIS
- VIII. BASES CONCEITUAIS
- IX. META
- X. ORGANIZAÇÃO DO CURSO
- XI. AVALIAÇÃO
- XII. FORMAÇÃO ESCOLAR:
 1. OBJETIVO:
 - 1.1. OBJETIVO GERAL
 - 1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
 2. ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR
 3. METODOLOGIA
 4. AVALIAÇÃO
 5. ÁREAS DE CONHECIMENTO E DISCIPLINAS:
 - 5.1. ÁREA DE CONHECIMENTO – LINGUAGENS
 - 5.1.1. LÍNGUAS INDÍGENAS E LINGÜÍSTICA
 - 5.1.2. LÍNGUA PORTUGUESA
 - 5.1.3. MATEMÁTICA
 - 5.1.4. ARTES
 - 5.1.5. EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA
 - 5.2. ÁREA DE CONHECIMENTO – CIÊNCIAS SOCIAIS
 - 5.2.1. HISTÓRIA
 - 5.2.2. GEOGRAFIA
 - 5.2.3. ANTROPOLOGIA
 - 5.3. ÁREA DE CONHECIMENTO – CIÊNCIAS NATURAIS
 - 5.3.1. ECOLOGIA E BIOLOGIA
 - 5.3.2. FÍSICA E QUÍMICA
 - 5.3.3. SAÚDE – PROFISSIONALIZANTE.
- ANEXO I – SITUAÇÃO ATUAL DOS ALUNOS DO CURSO DE AIS.
- ANEXO II – PROPOSTA MODULAR DO CURSO DE AIS – PROFISSIONALIZANTE
- ANEXO III – FICHAS DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

I. APRESENTAÇÃO

A proposta de Currículo aqui apresentada é destinada à formação técnica de Agentes Indígenas de Saúde da área de abrangência do convênio entre a Universidade Federal de São Paulo e a Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde- UNIFESP/FUNASA para os pólos-base Diauarum, Pavuru e Ngoiwere, do Parque Indígena do Xingu. É fruto de um longo período de experiência de trabalho da UNIFESP, desde 1965, junto aos povos indígenas do Xingu. Essa proposta amadureceu durante praticamente 20 anos de atuação na formação e/ou capacitação de indígenas para o trabalho em saúde.

No decorrer destes anos foram experimentados vários processos de ensino-aprendizagem possibilitando sucessivas aproximações ao eixo pedagógico a ser constituído. Foi um período de muitas mudanças processadas na relação intercultural, com impacto importante nas dimensões técnicas, políticas, administrativas e pedagógicas do trabalho em saúde no Xingu. A experiência de formação de auxiliares de enfermagem indígenas pelo Projeto trouxe para a Unifesp um acúmulo inédito de desenvolvimento de um processo de educação profissional para índios na área da saúde.

No que tange a escolarização dos agentes indígenas de saúde, nos níveis de ensino fundamental e médio, a experiência demonstrou que se deve ter como referencial as diretrizes formuladas pelo MEC a respeito da educação escolar indígena¹.

Ainda são recentes as experiências de profissionalização entre os povos indígenas que consideram as características e especificidades destes povos, que lhes *“assegurem o direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais e permita que tenham acesso a conhecimentos universais, de forma a participarem ativamente como cidadãos plenos do país”*.

A UNIFESP participou da concepção, coordenação, execução e avaliação do I Curso de Formação de Auxiliares de Enfermagem Indígenas, oferecido pela ETS-SES/MT, formando 16 alunos, ex-agentes indígenas de saúde, uma experiência pioneira responsável por reordenar a perspectiva de formação de recursos humanos indígenas no contexto da saúde.

As especificidades deste trabalho tornam-se evidentes quando se vivencia o processo de ensino e aprendizado nas áreas indígenas. É interessante

¹ Parecer CNE/CEB de 14/1999. Despacho do Ministro em 18/10/1999 publicado no D.O. da União de 19/10/1999; Seção 1, p. 12. Ver resolução CNE/CEB de 3/1999; publicada no D.O. da União de 14/12/1999; Seção 1, p. 58.

observar a relação intrínseca da prática com o aprender e apreender. Entre os povos indígenas o processo de aprendizado sempre se dá no cotidiano, na observação e na prática. Nunca houve, como na nossa sociedade, uma separação dos espaços de trabalho/prática e de ensino/teoria. Por isso, a incorporação da metodologia participativa e o entendimento de que a formação profissional se dá durante o processo de trabalho se consolidou e têm sido uma das características predominantes no desenvolvimento das ações básicas de saúde no Xingu.

Os conceitos relacionados à formação profissional na área da saúde, calcados em uma visão de mundo ocidental, do cientificismo positivista, são distintos da concepção de corpo, de relação entre os seres vivos, ambiente e do processo saúde-doença percebidos pelos povos indígenas. Essa especificidade do trabalho em saúde com os povos indígenas convive e intervém em todo o processo de formação. Esta reflexão é necessária não apenas para a elaboração de uma proposta curricular, mas para garantir um olhar mais abrangente que propugna um diálogo intercultural novo e profícuo.

Outro aspecto relevante que levou a uma mudança de nossa prática ao longo dos anos foi a necessidade de trabalhar, de modo instrumental e integrado, os conteúdos relativos às disciplinas do ensino fundamental, principalmente aos da língua portuguesa e da matemática. Os povos que habitam o PIX não tiveram acesso à escolaridade de forma sistemática. Muitos alunos são auto-didatas. As escolas indígenas do Parque Indígena do Xingu foram criadas e regularizadas em 1998 para atender ao ensino fundamental (1ª à 8ª série). Os professores indígenas de 14 etnias do Parque e os Panara desenvolveram na década de 1990, no contexto do Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu – Projeto Yrykum (Urucum)/I taenyfuk (Pedra Brilhante) um projeto político pedagógico para as escolas do Parque, com um currículo específico de 1ª a 4ª séries, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação Escolar de Mato Grosso em 2002. Atualmente professores indígenas das escolas do Parque estão organizando currículos para a continuidade do ensino em suas escolas, voltados para a especificidade cultural de cada etnia. Vários destes professores têm acompanhado a formação dos Agentes de Saúde, seja no dia-a-dia das escolas das aldeias ou postos, seja durante as oficinas pedagógicas para construção conjunta do currículo dos AIS, e durante os módulos do curso, lecionando as disciplinas do núcleo comum.

O projeto pedagógico a ser implementado nesta proposta curricular deve ter como referência a realidade local, a interculturalidade e a intersetorialidade. *“Os conjuntos de saberes historicamente produzidos pelas*

comunidades, priorizados no processo educativo entre alunos e professores, deverão compor a base conceitual, afetiva e cultural, a partir da qual vai-se articular ao conjunto dos saberes universais, presentes nas diversas áreas do conhecimento, estabelecendo o diálogo entre duas naturezas e de significado social relevante, caso seja mediado por um processo de ensino-aprendizagem de caráter crítico, solidário e transformador na ação educativa”(Parecer CNE/CEB, 1999).

De modo semelhante ao processo de formação de professores indígenas a profissionalização dos agentes indígenas de saúde, embora contemple conteúdos e disciplinas referenciadas na concepção ocidental do processo saúde-doença, deve ter seu projeto pedagógico, a estruturação e o quadro docente, analisados a partir da especificidade desse trabalho. Lembramos que iniciativas dessa natureza são muitas vezes realizadas em regiões de difícil acesso, ou em locais que não dispõem da infra-estrutura normalmente exigida.

Deve-se considerar também a existência e vitalidade de um sistema de cura estruturado, composto por outros agentes de cura que fazem parte do itinerário terapêutico destes povos onde o agente de saúde, assim como outros profissionais da equipe multiprofissional, fazem parte.

Os critérios para autorização e regulamentação desses cursos devem, assim, basear-se na qualidade do ensino a ser oferecido e na sua coerência com os princípios definidos na legislação referente à educação escolar indígena.

Este projeto tem a finalidade de apresentar à Escola de Saúde Pública da SES/MT, ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (CEE-MT) e à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) por meio do Setor de Educação Escolar Indígena, a proposta curricular para profissionalização e escolaridade de 5^a a 8^a séries, referentes ao ensino fundamental, para a formação dos agentes indígenas de saúde (AIS) da região do Médio e Baixo Xingu do Parque Indígena do Xingu, área que corresponde ao Convênio UNIFESP/FUNASA.

Esta proposta curricular tem como referência a experiência de formação de AIS e auxiliares de enfermagem indígenas da UNIFESP/Projeto Xingu, o Programa de Formação de Agentes de Saúde da Funasa², o Referencial para a Formação de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde proposto pela Saúde Sem Limites elaborado em complementação ao Referencial Curricular Geral para Agentes Comunitários de Saúde do Departamento de Gestão da

² Educação Profissional Básica para Agentes Indígenas de Saúde, MS/FUNASA, Brasília – 2005.

Educação em Saúde DEGES/MS e SSL³, a Proposta Curricular de Formação de Professores do Parque Indígena do Xingu (Yrykum/I taenyfuk – Urucum/Pedra Brilhante) desenvolvida pelo Instituto Socioambiental, a Proposta Curricular de Formação de Professores Indígenas do Acre, desenvolvida pela Comissão Pró-Índio do Acre e a Proposta Curricular de Formação de Professores Wajãpi, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Escolar Indígena.

II. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A política de formação dos agentes indígenas de saúde (AIS) nestes últimos anos, respaldada pelas Conferências Nacionais de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e pelas oficinas específicas sobre capacitação desses AIS realizadas nos anos de 1995 e 1996 vem se consolidando quanto aos seus objetivos, princípios e diretrizes gerais. Observa-se que, na prática, os AIS vêm sendo capacitados para desenvolver atividades que vão desde a mobilização comunitária e educação para a saúde até o diagnóstico e tratamento das principais doenças prevalentes, configurando-se em uma categoria profissional ainda não reconhecida e à margem do sistema de saúde oficial, embora guarde similitudes com a profissão de agente comunitário de saúde.

No contexto do Estado de Mato Grosso, nos últimos anos, foram realizados vários cursos de capacitação de AIS. Este processo de formação, porém, se deu de maneira desorganizada, não conseguindo definir um perfil para esse profissional, acarretando em uma inserção marginal dos AIS no mercado de trabalho, dificultando sua contratação na medida em que não articulou mecanismos que garantissem sua profissionalização. Por outro lado, o investimento na capacitação dos AIS acabou deflagrando novas demandas e reivindicações por parte dos índios, entre as quais: a ampliação de seus conhecimentos na área da saúde e a busca da formação profissional que viabilizaria aos AIS seu reconhecimento e inserção no sistema oficial de saúde como aconteceu com os alunos do Projeto Xamã⁴. Atualmente a Escola de Saúde Pública, da SES do Mato Grosso, desenvolve em parceria com associações, instituições, universidades e a própria FUNASA, processos de capacitação e formação para agentes de saúde em todo estado. Ao mesmo

³ Referencial para a Formação de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde / proposta elaborada pela Associação Saúde Sem Limites, 2005 em complemento ao Referencial Curricular para Agentes Comunitários de Saúde do DEGES/MS.

⁴ Projeto Xamã – Primeiro curso de formação de auxiliares de enfermagem indígenas – de 1997-2001.

tempo depois de mais de 20 anos o reconhecimento e regulamentação profissional da categoria de agente comunitário de saúde em 2006⁵ pode facilitar, por semelhança, a inserção e contratação dos AIS, AISB e AISAN pelos DSEI.

III. O LUGAR DE ENSINAR E APRENDER

Para melhor compreensão do lugar social do curso- O Parque Indígena do Xingu, seguem algumas descrições:

O Parque Indígena do Xingu foi criado em 1961. Hoje seu território está demarcado e homologado. Consiste em três terras indígenas distintas: Parque Indígena do Xingu com 2.642.003 ha; Terra Indígena Wawí com 150.329 ha e Terra Indígena Batovi com 5.159 ha, perfazendo um total de 2.797.491 ha, ao norte do Estado de Mato Grosso. Não existem grandes conflitos de terra na região. O que ainda merece fiscalização e vigilância constante são as madeiras, que já encostaram no limite oeste do Parque e constituem uma ameaça constante de invasão e de manipulação dos índios que moram perto dos limites do Parque. Além disso são frequentes as invasões por grupos de pescadores, amadores ou não, resultando muitas vezes em conflitos de repercussão nacional e mesmo internacional. Deve-se ressaltar entretanto, a ameaça que o desmatamento e a abertura de cidades e fazendas no entorno do Parque constituem principalmente pelo fato de que os principais formadores do Rio Xingu encontram-se fora de seus limites, gerando grande impacto ambiental, com conseqüente repercussão na vida dos povos do Xingu. Esta questão da finitude dos recursos naturais e dos limites de seu território começam a ser discutidos e percebidos como problema pelas lideranças, professores indígenas e profissionais de saúde indígenas.

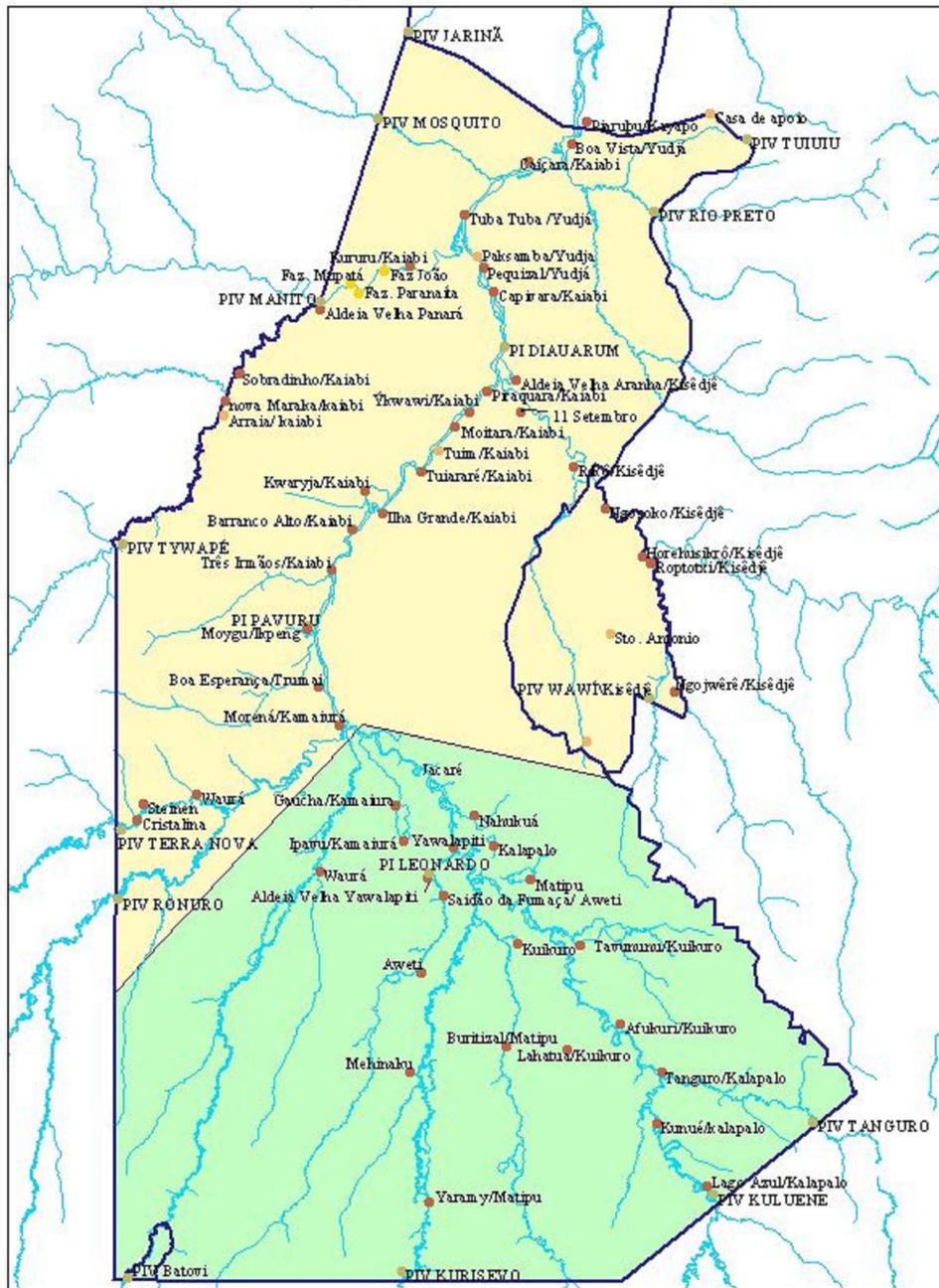
A partir de junho de 2004 a UNIFESP ficou responsável pelas ações básicas de saúde e formação de recursos humanos na área de abrangência dos Pólos-base Diauarum, Pavurú e Ngoiwere, do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu – DSEI Xingu, que corresponde aos seguintes povos e aldeias.

⁵ Sobre este tema ver Lei n. 11.350, de 5 de outubro de 2006 – que regulamenta o § 5º do art.198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de fevereiro de 2006. E ler a Emenda Constitucional nº 51 publicada em 15 de fevereiro de 2006.

Quadro 1. Censo Populacional por aldeia/localidade e sexo, janeiro de 2007. Área de abrangência do Convênio UNI FESP/FUNASA – Pólos Base Wawi, Diauarum e Pavuru.

Localidade	Etnia predominante	Masculino	Feminino	Total
Ronuro	I kpeng	15	17	32
Pavuru	I kpeng	68	45	113
Moigo	I kpeng	110	123	233
Aruak	Waurá	21	23	44
Morená	Kamaiurá	41	46	87
Steinen	Trumai	8	10	18
Terra Nova	Trumai	20	24	44
Cristalina	Trumai	7	9	16
Boa Esperança	Trumai	13	25	38
Três Irmãos	Kaiabi	28	31	59
Barranco Alto	Kaiabi	12	21	33
Guarujá	Kaiabi	39	42	81
I lha Grande	Kaiabi	35	41	76
Diauarum	Kaiabi/Yudjá/Kisédjê	110	109	219
Tuiararé	Kaiabi	86	84	170
I taí	Kaiabi	7	6	13
Moitará	Kaiabi	15	23	38
Arraia	Kaiabi	5	5	10
Sobradinho	Kaiabi	55	52	107
Três Patos	Kaiabi	13	12	25
Fazenda do João	Kaiabi	5	6	11
Aiporé	Kaiabi	29	28	57
Tuiuiú	Kaiabi	8	9	17
Maraká	Kaiabi	14	22	36
Fazenda do Acã	Kaiabi	7	6	13
Tuba-tuba	Yudjá	90	69	159
Paksamba	Yudjá	16	7	23
Pequizal	Yudjá	14	17	31
Capivara	Kaiabi	72	78	150
Mupadá	Kaiabi	7	7	14
Paranaíta	Kaiabi	16	27	43
Piaraçu	Yudjá/Metiktire	14	15	29
Caiçara	Kaiabi	8	10	18
11 de setembro	Kaiabi	6	6	12
Ngossoko	Kisédjê	24	27	51
Beira Rio	Kisédjê	8	6	14
Roptotxi	Kisédjê	12	21	33
Ngoiwere	Kisédjê	119	106	225
Total		1177	1215	2392

Area de abrangência convenio de saúde



□ Terra Indígena

- Aldeia
- Fazenda
- PIV/PI
- Sítio

~ Rios

Convenio Saúde

■ c. alto xingu. M.

■ c. m. xingu. unifesp



50 0 50 Kilometros

Pablo e Marcello Kamaiurá

QUADRO LINGUÍSTICO DOS POVOS ENVOLVIDOS

TRONCO	LÍNGUA
TUPI	Kamaiurá Kaiabi Yudjá
KARIB	I kpeng
JÊ	Kisêdjê Tapaiuna
ISOLADA	Trumai
ARUAK	Waurá

Todos os Povos do Xingu mantêm ainda grande parte de seus padrões culturais tradicionais, tanto no que diz respeito a moradia, rituais, quanto à cultura material e medicina tradicional. Todos os povos mantêm o seu sistema de cura interagindo com os recursos terapêuticos disponibilizados pelo DISEI - Xingu.

Nos últimos anos observou-se uma mudança no comportamento dos jovens no que diz respeito a reclusão pubertária e sua sexualidade. Tem ocorrido uma menor aceitação dos rituais de passagem, ou diminuição de seu período, e paralelamente um maior número de casos de gravidez precoce e/ou indesejada.

A subsistência de todos os povos do Parque do Xingu gira em torno da pesca, caça, coleta e agricultura tradicional. As sociedades xinguanas cultivam basicamente a mandioca brava, para obtenção de polvilho e farinha, utilizados para a fabricação do beiju, consumido diariamente, e de um tipo de pirão, o Mutap. Em menor escala são cultivados o milho (tradicional) a batata doce, a banana e o mamão (introduzidos após o contato). Entre os Kaiabi as roças são bastante diversificadas com espécies tradicionais como o mangarito, o cará, taioba e vários tipos de fava. Há ainda a coleta de frutas sazonais, das quais as mais importantes são o pequi e a mangaba.

Na dieta o peixe tem um papel fundamental e ainda é bastante presente nos rios do Parque, embora em menor quantidade do que em tempos anteriores, segundo relato dos próprios índios. Nenhum povo do Alto Xingu consome carne de caça (exceção feita ao macaco-preto) Já os Kisêdjê (antigo Suiá), Kaiabi e Yudjá (antigo Juruna) são caçadores e alimentam-se de porcos do mato, antas,

capivaras, veados, pacas, cotias e algumas aves como o mutum e o jacu. A caça tem rareado de forma mais rápida do que os peixes. O peixe, porém, ainda é a grande fonte de proteínas para todos os xinguanos. Nos últimos anos, o assalariamento de vários índios, o fornecimento da merenda escolar e as atividades econômicas que vêm sendo desenvolvidas por todos os povos do Xingu (artesanato, turismo cultural entre outros) têm facilitado a entrada cada vez maior de alimentos industrializados na área.

Um dos grandes fatores de risco, do ponto de vista da saúde, que tem se apresentado de forma mais expressiva é a maior mobilidade dos índios, sendo mais freqüentes as saídas para a cidade. Muitas epidemias de gripe e outras doenças transmissíveis, como as DST, foram introduzidas dessa forma. A mudança dos hábitos alimentares, a introdução da mamadeira e do leite em pó, também tem gerado alterações no padrão de morbidade. As crianças que têm sido alimentadas com mamadeira têm apresentado quadros diarréicos mais freqüentes e desnutrição. A diminuição do espaçamento entre as gestações também tem alterado o padrão nutricional das crianças xinguanas.

Em um contexto de tantas mudanças sociais, políticas, comportamentais e ambientais, surgem novos desafios para o atendimento à saúde junto a estes povos e, conseqüentemente, para a formação dos profissionais de saúde.

No caso do DSEI Xingu, o princípio pedagógico do trabalho e o processo de trabalho em saúde indígena são os eixos estruturantes da produção de saúde local.

Na dimensão educativa, considera-se que todos profissionais inseridos na equipe local de saúde e inclusive na gerência do Convênio entre a UNIFESP e a FUNASA exercem função docente e participam deste processo de formação dos AIS.

É neste contexto que a formação e profissionalização dos Agentes Indígenas de Saúde ganha um novo desenho, um perfil, caracterizado por habilidades e competências específicas mais voltadas para a vigilância à saúde.

IV. METODOLOGIA

A proposta pedagógica utilizada está ancorada teoricamente na pedagogia histórico-crítica, tendo suas bases práticas na "metodologia problematizadora", conforme preconizado pela experiência de formação profissional em saúde conhecida como Projeto Larga Escala. De acordo com o documento "Capacitação Pedagógica Para Instrutor/Supervisor Área de Saúde" (editada em 1989 e reimpressa em 1994 pelo Ministério da saúde/DF) esta

proposta está centrada em “uma concepção educacional essencialmente democrática (...) que busca resgatar, para os trabalhadores da saúde, o conceito e a prática da cidadania e permite a reflexão, a crítica e o conhecimento indispensáveis à reformulação de sua prática profissional...” (Brasil, MS:1994 p.5).

Do ponto de vista sócio-cultural e em função de se tratar de uma clientela com características culturais bastante distintas como os povos indígenas, esta metodologia permite trabalhar o processo ensino-aprendizagem a partir da própria realidade vivenciada pelos alunos e trabalhadores indígenas na área da saúde, aproximando-se da forma tradicional de aprendizado destes povos em que a teoria não se descola da prática, em que o concreto, o trabalho, rege o processo do aprender e ensinar. Segundo Oliveira*, entre as categorias conceituais que sustentam esta metodologia estão os Padrões Culturais, ou seja, *“Os ‘padrões culturais’ dizem respeito à visão de mundo, tradições, estrutura familiar e trajetória profissional construídas pelos educandos através de sua história pessoal e da história do grupo social ao qual pertencem, configurando seus pensamentos e percepção da realidade. Esses referenciais formam o eixo de uma ‘pedagogia sócio cultural’, que define os conteúdos e atividades didáticas de acordo com a realidade sócio cultural dos educandos”.* (OLIVEIRA, L.S.S., 1996).

Este eixo pedagógico é construído através de técnicas e vivências como: dramatização, desenho, pintura, modelagem, maquetes, jogos, dinâmicas de grupo, simulações, demonstrações, exposições, reuniões e estudo de casos .

V. OBJETIVO

- O Curso de Agentes Indígenas de Saúde visa compor o processo de formação geral e cidadania preparando profissionais provenientes das comunidades indígenas para atuar junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e segmentos sociais, em suas comunidades ou nas unidades básicas de saúde da área de abrangência dos Pólos-base Diauarum, Pavurú e Ngoiwere do DSEI Xingu, Parque Indígena do Xingu.

** OLIVEIRA, L.S.S. – .A Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem nos Serviços de Saúde: uma experiência de construção do Projeto Larga Escala na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, FSP/USP.

VI. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- O profissional formado deverá identificar os problemas de saúde, especificamente aqueles ligados às mudanças provenientes do contato com a sociedade envolvente; identificar os determinantes do processo saúde-doença que interferem nas condições de saúde em sua comunidade; realizar atividades educativas visando a promoção da saúde; reconhecer e participar da organização do DISEI - Xingu como Sistema Local de Saúde integrado ao SUS; participar da implementação do Sistema de Informação do nível local; realizar atividades de Vigilância à Saúde.
- Capacitar o aluno a participar, implementar e adequar o programa de atenção integral à saúde da criança e da mulher ao contexto dos Povos Indígenas do Xingu.
- Preparar o aluno para intervenções básicas de saúde na área de atendimento de urgências e emergências no contexto do DISEI Xingu de acordo com os protocolos e prescrições já estabelecidas;
- Capacitar o aluno para intervenções básicas de saúde na área de promoção e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do DISEI Xingu, de acordo com os protocolos e prescrições já estabelecidas;

VII. BASES LEGAIS

A formação específica de agentes indígenas de saúde está legalmente embasada na política de atenção à saúde dos povos indígenas e faz parte do sub-sistema de saúde indígena, integrante do Sistema Único de Saúde, no qual está previsto a ordenação da formação de recursos humanos (art. 27 da Lei 8080/90). O trabalho dos AIS é compreendido como a base técnica das equipes de saúde indígena e também são considerados os principais interlocutores entre as comunidades e os profissionais de saúde nos contextos de diversidade cultural. (Lei 9836 de 23/9/99 e Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, 2000). O perfil estabelecido para esses trabalhadores indica a necessidade de pertencer e ser indicado pela comunidade, mas não há exigências específicas quanto à escolaridade e domínio da Língua Portuguesa. A Lei 13560/06, que regulamenta a profissão do agente comunitário de saúde no nível técnico, na qual o agente indígena de saúde pode ser enquadrado, recomenda a escolarização em nível médio dos profissionais e

a realização de um curso técnico modular e específico, com direito a prosseguimento no trabalho para aqueles que sem a escolaridade mínima já exerciam suas atividades anteriormente a data de promulgação da Lei. Entendemos que essa temática é polêmica e complexa, e as propostas de curso devem abarcar o exercício do direito a educação geral nos níveis do ensino fundamental e médio para todos cidadãos brasileiros, de modo inclusivo.

Este programa busca atender, de forma integrada, os princípios legais da educação escolar indígena. A Constituição Federal do Brasil de 1988 representou um marco na conquista de um conjunto de direitos das sociedades indígenas fundamentados na concepção da diversidade cultural. A Constituição de 1988 marca o início da mudança das relações do Estado brasileiro com as sociedades indígenas, pois até então a política indigenista estava fundamentada em concepções que propunham a homogeneização cultural, por meio de uma política integracionista, negando a especificidade sócio-cultural e lingüística de cada sociedade indígena. O artigo 231 reconhece o direito à diversidade cultural que se torna, desse modo, pressuposto de uma política de governo. O Artigo 210 também representa um avanço no sentido de perceber a sociedade brasileira como multilíngüe, reconhecendo a importância das línguas indígenas para a reprodução sócio-cultural de cada sociedade e os processos próprios de aprendizagem e o Artigo 215 atribui responsabilidades ao Estado na proteção às manifestações culturais das sociedades indígenas, deduzindo-se daí uma política de ensino para o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para a manutenção da diversidade cultural e do multilingüismo.

Na Portaria Interministerial 559/91, no Artigo 7º, determina-se que sejam “mantidos e executados programas de formação, capacitação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento da educação escolar indígena...”. No Artigo 8º aponta as características específicas que devem ser consideradas no processo de reconhecimento das escolas indígenas, entre elas a criação de “materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pelas próprias comunidades indígenas, com conteúdos adequados às suas especificidades sócio-culturais e à aquisição do conhecimento universal” e a consideração de “conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico”.

No Decreto 1904/96 que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos, se estabelece como uma das prioridades da ação governamental “assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural”.

Nos artigos 78 e 79, da lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinam-se os objetivos do desenvolvimento de “programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas”:

“I- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II- garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais comunidades indígenas”.

De acordo com o artigo 79, no segundo parágrafo, esses programas deverão:

- “fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas sociedades indígenas; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”.

A política nacional para a educação escolar indígena, elaborada pelo MEC, através de seu Comitê de Educação Escolar Indígena (MEC,1993), define como princípios para a sua prática *a diferenciação, a especificidade, o bilingüismo e a interculturalidade*. Esses princípios favorecem que a educação escolar, tornada necessária a partir da realidade do contato, respeite a diversidade cultural e lingüística, transformando a escola em uma agência social que trabalha de um lado valorizando a organização social, língua, valores, conhecimentos e histórias, enfim a dinâmica sócio-cultural necessária para a reprodução da identidade étnica diferenciada, dentro da perspectiva da constituição da auto-estima e da auto-afirmação; ao mesmo tempo, possibilita o domínio de conhecimentos importantes para as relações dos povos indígenas com diferentes setores da sociedade nacional.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172) prevê a criação de programas específicos para atender às escolas indígenas e linhas de financiamento. Atribui aos sistemas estaduais responsabilidade legal pela educação escolar indígena.

O Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação aprova as diretrizes do documento “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas”, cria a categoria Escola Indígena, atribuindo a responsabilidade aos Sistemas Estaduais de Ensino, com a possibilidade dos municípios interessados em

ofertar educação escolar estabelecerem convênios com os Estados. Legítima a elaboração de currículos diferenciados para as escolas, construídos em conjunto com as comunidades, incluindo o uso das línguas maternas e conteúdos curriculares propriamente indígenas, respeitando e valorizando os modos próprios de transmissão do saber indígena.

A Resolução 03/99 referenda o Parecer 14/99, regulariza a categoria escola indígena e orienta a construção de currículos específicos para a formação de professores e para as escolas, além de estabelecer como prioridade a elaboração e impressão de materiais didáticos específicos.

O Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006, sancionado pelo Presidente Luís Inácio da Silva, institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. De acordo com o parágrafo 1º o PROEJA abrange os cursos e programas de educação profissional:

"I - Formação continuada de trabalhadores; e

II - Educação profissional técnica de nível médio."

No parágrafo 2º os cursos e programas do PROEJA poderão estar articulados:

"I - Ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º do Decreto 5.145 de 23 de julho de 2004".

O parágrafo 3º explicita que o PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas estaduais e municipais.

Esta lei também estabelece que os cursos e programas do PROEJA devem ser oferecidos a partir da constituição prévia de um projeto pedagógico integrado único, sendo este o objetivo desta proposta curricular aqui apresentada⁶.

VIII. BASES CONCEITUAIS

Esta proposta curricular de formação de agentes de saúde indígenas segue os princípios estabelecidos pelos Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI/MEC), Referencial Curricular para Formação Técnicos de Agente Comunitário de Saúde (DEGES/MS) de 1994⁷ e pela

⁶ Excerto extraído do texto do Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006.

⁷ MS- Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Secretaria do Trabalho e Educação na Saúde. Referencial Curricular para o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004.

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelecida pela FUNASA⁸

A formação está apoiada no princípio de que compreender a importância da interculturalidade possibilita aos indivíduos a reafirmação de sua identidade étnica, bem como a consciência do direito e o respeito à diferença cultural. Pretende-se através desta formação proporcionar uma apropriação crítica e seletiva de conhecimentos de outras sociedades, para o enriquecimento do saber individual e coletivo.

A formação se desenvolverá numa perspectiva interdisciplinar, em alguns casos com os mesmos temas de estudo sendo abordados com diferentes enfoques em cada área de conhecimento, relacionando estas áreas entre si.

O eixo principal do processo de formação é o processo de trabalho em saúde, com a valorização das práticas de cuidados e de cura desenvolvidas pelas comunidades indígenas e a apropriação de conceitos, técnicas e práticas de saúde voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças que são conseqüências do contato cada vez mais intenso com a sociedade não-indígena.

IX. META

Ofertar, para 67 Agentes Indígenas de Saúde, incluindo neste grupo os Agentes Indígenas de Saúde Bucal e de Saneamento, no sentido de propiciar uma formação inicial integral em saúde, ao mesmo tempo garantir-lhes a formação básica com o ensino fundamental. Este processo de formação está em andamento e tem sido registrado desde 2001⁹. A tabela 1 abaixo reflete a situação desta turma de alunos até abril de 2007. (Anexo I).

X. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso está organizado em períodos de concentração e dispersão, entendendo estes dois momentos no mesmo sentido proposto pelo “Documento norteador da formação dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento”, em sua versão preliminar, formulado por um Grupo de Trabalho, ligado ao DESAI e DENSP/FUNASA, coordenado pela Professora Ena Galvão, coordenadora da área de educação para o trabalho no Ministério da Saúde.

⁸ MS – FUNASA “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas”, Brasília, dezembro de 2000.

⁹ Sobre a situação atual dos alunos do curso de AIS no médio e baixo Xingu vide Anexo I.

“A metodologia organizada em períodos de concentração e dispersão, facilita e flexibiliza o desenvolvimento curricular. O que deve ser efetivamente valorizado em processos educativos como este é a integralização dos conceitos, princípios e práticas concretas que se dão tanto na concentração quanto na dispersão e o acompanhamento de um profissional capacitado para exercitar a dispersão.

A concentração se caracteriza como o momento em que os alunos reunidos com o instrutor/supervisor, discutem fatos e conceitos a partir de sua realidade, acrescentando, reformulando, sistematizando e construindo novos momentos de aprendizagem. A concentração contém uma seqüência de atividades a serem desenvolvidas e acompanhadas de forma sistemática.

A dispersão não é somente uma atividade protocolar do currículo. Ela é fundamentalmente parte da organização dos serviços e como tal, não é somente o aluno que deve ser avaliado por meio das fichas de desempenho. O serviço também deve ser avaliado na sua finalidade para o usuário. Essa é a essência de um processo educativo que tem como eixo metodológico a integração ensino-serviço. Aqui o instrutor assume seu papel de supervisor do aluno e do serviço. Mecanismos e instrumentos devem ser criados visando o impacto do processo de formação na qualidade dos serviços prestados.

A dispersão se dá no serviço, numa prática real de trabalho nas aldeias e tem:

- a) uma intenção explícita: organizar serviços;*
- b) um conteúdo baseado no módulo curricular desenvolvido durante a concentração;*
- c) uma carga horária conforme prevista na matriz curricular;*
- d) avaliação de desempenhos individuais, em fichas próprias;*
- e) o registro de desempenho nas fichas, que substituirão o tradicional histórico escolar. Esse é o documento que “assegura ao aluno a certificação escolar” no campo profissional.*

A dispersão assim realizada equivale ao estágio supervisionado”¹⁰.

O curso está organizado nas seguintes Áreas Curriculares¹¹:

ÁREA CURRICULAR I. “Conhecendo a família indígena / Promovendo a troca de experiências”.

¹⁰ Excerto extraído do Documento: “Documento norteador da formação dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento”, Versão preliminar em mimeo, Brasília, Outubro de 2004. Mimeo, MS, FUNASA, DESAI e DENSP.

¹¹ A proposta curricular está detalhada no Anexo II.

- Módulo Introdutório;
- Módulo de Saúde da Criança e da Mulher;
- Módulo de Saúde Bucal e Vigilância Nutricional.

ÁREA CURRICULAR II. “Prevenindo o risco na relação intercultural / Rompendo a cadeia de transmissão das doenças”.

- Módulo de Doenças da Infância I – D.Diarréicas;
- Módulo de Doenças da Infância II – IRA;
- Módulo de Doenças de pele e parasitoses intestinais;
- Módulo de Doenças Endêmicas – TBC e Malária;
- Módulo de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/AIDS.

ÁREA CURRICULAR III: “Participando do processo de recuperação da saúde / Identificando mudanças provenientes da relação intercultural”.

- Módulo de Saúde do Adulto;
- Módulo de Urgências e Emergências.

ÁREA CURRICULAR IV. “Organizando e desenvolvendo o processo de trabalho / A consolidação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu”

- Módulo de Organização do Trabalho – O DSEI .

Todas as áreas curriculares têm como eixos temáticos principais as seguintes idéias-força:

- Percebendo nossa realidade;
- Entendendo o processo saúde-doença;
- Promovendo a saúde e intervindo no processo saúde-doença;
- Conhecendo e organizando os serviços de saúde.

CARGA HORÁRIA PREVISTA PARA O CURSO:

Área de Conhecimento	CH Concentração¹²	CH Dispersão/escolas indígenas¹³	CH total
LINGUAGENS			
Língua Indígena/Linguística	150h	40h	190h
Língua Portuguesa	200h	40h	240h
Matemática	200h	40h	240h
Educação para a Mídia	50h	-	50h
Artes	50h	40h	90h
CIÊNCIAS SOCIAIS			
História	80h	40h	120h
Geografia	80h	40h	120h
Antropologia	50h	-	50h
CIÊNCIAS NATURAIS			
Ecologia e biologia	80h	40h	120h
Física e química	50h	-	50h
TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL	990h	280h	1270h
PROFISSIONALIZANTE SAÚDE - vide programação específica - matriz profissionalizante	884h	560h	1440h
TOTAL CURSO PROFISSIONALIZANTE	1874h	840h	2710h

Distribuídas conforme a tabela 2:

¹² Estas aulas serão ministradas em módulos conforme planejamento no Anexo II.

¹³ Estas aulas serão ministradas nas escolas indígenas, pelos professores indígenas e pela EMSI.

**TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO, ÁREA
PROFISSIONALIZANTE E ENSINO FUNDAMENTAL**

MÊS/ANO	CONCENTRAÇÃO CH		PERÍODO	DISPERSÃO CH	
	profissionalizante	ensino fund.		profissionalizante	ensino fund.*
jul/01	80	24	1.sem.2001	40	
mai/02	80	24	2.sem.2002	40	
jun/05	80	24	1.sem.2005	40	
nov/05	80	24	2.sem.2005	60	
mai/06	34	120	1 e 2.sem.2006	40	40
jun/jul/2007	90	130	1.sem.2007	60	40
out/07	90	130	2.sem.2007	40	40
jun/jul/2008	90	130	1.sem.2008	60	40
out/08	90	130	2.sem.2008	60	40
jun/jul/2009	90	130	1.sem.2009	60	40
out/09	80	124	2.sem.2009	60	40
Total	884	990		560	280

As informações registradas em vermelho se referem a um período anterior a esta proposta pois, o curso já vem se desenvolvendo desde este período.
Serão enviados relatórios específicos sobre esse período.

* A dispersão considerada aqui leva em conta as horas aula dadas nas escolas indígenas e durante a supervisão e estágios dos alunos nas aldeias e Unidades de Saúde.

XI. AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos ocorre de forma contínua durante todo o processo de ensino-aprendizagem, considerando as atividades realizadas durante os períodos de concentração e dispersão, com a produção de textos, dramatizações, falas, desenhos; assiduidade; e outras atividades de lápis e papel. Foram elaborados instrumentos para a avaliação de desempenhos relacionados aos temas trabalhados durante o curso¹⁴, questionários para auto-avaliação, relatórios, pesquisas e entrevistas, organogramas, textos e encaminhamentos.

Os instrumentos utilizados durante o período de dispersão estão relacionados no Anexo II.

XII. A FORMAÇÃO ESCOLAR

Os agentes indígenas de saúde (AIS) necessitam dominar conhecimentos técnicos e específicos na área de saúde para o desenvolvimento do trabalho com suas comunidades. No entanto, o domínio desses conhecimentos depende de uma série de conceitos básicos relacionados à formação escolar. Os AIS devem dominar a oralidade e a escrita da língua de seus povos para desenvolver um bom trabalho com as comunidades e também dominar a oralidade e a escrita da língua portuguesa, que é uma segunda língua para todos os povos do Parque.

Portanto, o curso de formação de AIS tem como um dos seus objetivos dar continuidade à formação básica escolar de seus alunos. Os AIS terão a possibilidade de, ao final da formação profissional, completar a segunda fase do ensino fundamental, contribuindo para que estejam melhor preparados como profissionais de saúde.

A Unifesp reuniu uma equipe de educadores especialistas em educação escolar indígena, profissionais da área de saúde e um grupo de professores indígenas que elaboraram esta proposta curricular e participam deste curso como formadores, tanto durante as etapas intensivas quanto nas etapas de dispersão.

¹⁴ Estes instrumentos foram baseados no Guia Curricular para Formação de Auxiliar de Enfermagem para atuar na rede básica do SUS, MS / CGDRH, Brasília, 1994; no Curso de Auxiliares de Enfermagem Indígenas, UNIFESP/Projeto Xingu, 1997-2001 e nos Módulos de Educação Profissional para Agentes Indígenas de Saúde, MS/FUNASA, Brasília 2005.

O currículo da formação escolar para os AIS, de 5ª a 8ª séries, foi elaborado a partir de uma perspectiva interdisciplinar, seguindo as propostas do currículo de formação técnica dos AIS.

1.OBJETIVO

1.1.OBJETIVO GERAL:

- Desenvolver a formação escolar básica dos agentes indígenas de saúde para que eles tenham condição de exercer sua cidadania e desenvolver seu trabalho valorizando os conhecimentos e as práticas de saúde de seus povos e dominando informações sobre a tecnologia e os conhecimentos universais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.
- Desenvolver a formação política dos agentes indígenas de saúde para que estes atuem na gestão do Distrito de Saúde e nas políticas públicas, em conjunto com suas lideranças e comunidades, dentro de uma visão crítica da sociedade envolvente e oferecendo subsídios para que estes povos exerçam seus direitos, mantendo sua identidade como povos culturalmente diferenciados.
- Transmitir conhecimentos que fortaleçam a participação dos agentes indígenas de saúde e de suas comunidades na gestão do seu território, seus interesses e direitos, uso adequado e conservação dos recursos naturais, busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis, maior controle social das políticas públicas e melhoria da qualidade de vida. Tais conhecimentos deverão contribuir para ampliar a sua capacidade de atuação sobre a realidade.

1.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar a valorização das línguas indígenas e o desenvolvimento da escrita nessas línguas, pelos agentes indígenas de saúde, como parte importante da política de saúde, que extrapola aspectos relacionados somente à relação entre saúde e doença, mas abrange o fortalecimento cultural de cada etnia.
- Possibilitar que os agentes de saúde reflitam sobre a riqueza do patrimônio cultural de seu povo e o valorizem.
- Orientar os agentes de saúde a se tornarem pesquisadores de sua cultura, para que possam aprofundar seus conhecimentos a respeito de temas de seu

interesse e desenvolver estratégias para incorporar esses conhecimentos à sua prática no atendimento à saúde da comunidade.

- Despertar o interesse dos agentes de saúde em formação pelos procedimentos e instrumentos de investigação relacionados às várias disciplinas e áreas temáticas, levando-os a refletir sobre as diversas formas sociais de construção de conhecimento.
- Fornecer subsídios para a produção de materiais didáticos pelos agentes de saúde voltada para as comunidades.
- Discutir o valor do conhecimento sistematizado para a tomada de decisões, tanto na atuação na área de saúde quanto nas situações decorrentes da relação com a sociedade nacional.
- Utilizar a sistematização de dados como subsídios para a elaboração de projetos.

2. ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR

A formação escolar dar-se-á da mesma forma que a formação técnica, ou seja, modular, com períodos de concentração e dispersão. Nos períodos de dispersão os alunos têm a supervisão da equipe técnica e dos professores indígenas, freqüentam as escolas indígenas em suas respectivas aldeias ou mesmo no pólo base quando estiverem em estágios nas unidades básicas de saúde.

A etapa de formação escolar é desenvolvida por consultores especialistas e professores indígenas formados em Magistério e em Licenciatura, que lecionam para os agentes indígenas de saúde, com a participação da equipe técnica de saúde da Unifesp. Durante a etapa de formação escolar os agentes indígenas de saúde desenvolvem habilidades, tais como: capacidade de expressar-se através da oralidade e escrita, nas línguas indígenas e língua portuguesa; desenvolvimento da leitura, conhecimento e compreensão de temas trabalhados em todas as áreas de estudo; refletir e avaliar sua prática no atendimento à saúde de suas comunidades. É também uma oportunidade de encontro entre os agentes de saúde de diferentes etnias do Parque Indígena do Xingu, sendo um momento precioso para a troca de experiências entre eles.

O agente indígena de saúde deve freqüentar as aulas nas escolas de suas aldeias para que possa complementar sua formação escolar e também praticar a elaboração de textos na sua língua indígena e na língua portuguesa, aprofundar conhecimentos básicos para o seu trabalho relacionados principalmente à matemática, línguas, ecologia, história e geografia.

Cada agente indígena de saúde deverá desenvolver trabalhos de pesquisa sobre temas de seu interesse, referentes a aspectos de sua realidade sócio-cultural. Nesse sentido o agente indígena será orientado, nas etapas intensivas e na supervisão/dispersão, para a elaboração destes trabalhos, que deverão ser registrados (em língua indígena e/ou português), através de textos, desenhos, fotografias, tabelas etc. O objetivo desse trabalho é despertar nos agentes indígenas de saúde uma postura de pesquisadores. Estes trabalhos poderão ser utilizados para construir materiais didáticos de apoio ao trabalho de saúde nas comunidades, também nas escolas e na documentação de conhecimentos visando a revitalização das tradições e saberes.

Durante as etapas intensivas e na supervisão os agentes indígenas de saúde produzem textos e ilustrações que podem resultar em materiais didáticos sobre saúde. Serão montadas apostilas a serem revistas pelos agentes indígenas de saúde durante o processo de formação. A partir da avaliação do uso desses materiais é que serão feitas novas alterações, até que sejam considerados prontos para impressão. Estes materiais suprem a ausência de materiais didáticos que contemplem a especificidade cultural e podem ser usados em reuniões com as comunidades e na escola.

3. METODOLOGIA

A metodologia que norteia a proposta curricular de formação aqui apresentada fundamenta-se na valorização e reconhecimento dos conhecimentos prévios dos indivíduos como ponto de partida para o estudo de novos conteúdos. O conhecimento apropriado pelo aluno, dessa maneira, permite que ele amplie sua compreensão sobre a realidade, sendo possível elaborar explicações mais complexas sobre esta. A metodologia a ser seguida fundamenta-se no conceito de que a aprendizagem se efetiva através do diálogo, supondo a participação ativa dos agentes indígenas de saúde, sistematizando conhecimentos prévios e processando informações novas. A abordagem dos conteúdos de cada disciplina valoriza os conhecimentos indígenas, ao mesmo tempo oferece informações e promove a seleção e análise crítica da tecnologia e dos conhecimentos universais.

Uma outra preocupação metodológica é promover a reflexão e a atuação dos agentes indígenas de saúde em todos os aspectos da realidade sócio-econômica da comunidade, na resolução de problemas e melhoria das condições de saúde, na preservação e no uso sustentável dos recursos naturais da terra indígena e de seu entorno, na fiscalização e no desenvolvimento de projetos

comunitários. Nessa perspectiva, a formação dos agentes indígenas de saúde abrange temas relacionados à sobrevivência material e cultural de seus povos, ao estudo das formas tradicionais e a busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis que permitam o uso adequado e a preservação dos recursos naturais, que contribuam para o estabelecimento de novas e profícuas relações com a sociedade não-indígena envolvente, de maneira a assegurar a defesa da integridade de seu território e oferecendo subsídios para que os índios realizem este gerenciamento.

Em relação ao estudo das línguas indígenas e da língua portuguesa, a metodologia adotada é a comunicativa, na qual a oralidade cumpre um papel fundamental. O estudo das línguas indígenas deve possibilitar a atualização destas línguas, como um instrumento dinâmico, que possibilite seu uso em todas as áreas de conhecimento.

Em relação à língua portuguesa é importante que os agentes indígenas compreendam as características de diferentes tipos de textos que são úteis para suas vidas, como cartas para autoridades, atas, leis, relatórios; ler, interpretar e redigir notícias, radiogramas, poesias, contos, narrativas, se apropriando da escrita como criadores. Para desenvolver a oralidade da língua portuguesa, dramatizações podem contribuir para preparar os professores para as situações de contato ou situações em que seja preciso sua participação na comunidade: por exemplo, uma reunião com o(a) secretário(a) de saúde; reunião com autoridades indígenas; ida a algum órgão governamental para apresentar um projeto etc. Da mesma maneira, a interpretação de telejornais, de filmes de arte e históricos, de documentários, pode contribuir para aprofundar o estudo da língua portuguesa, assim como o trabalho com músicas e sua interpretação.

Nas línguas indígenas também é importante perceber a presença de estilos diferentes, como os discursos cerimoniais, as narrativas, as poesias e metáforas que podem fazer parte de músicas rituais, canções de ninar entre outros diferentes tipos de textos. Também é possível, no processo de uso da escrita das línguas indígenas, criar novas funções para a modalidade escrita, como seu uso em cartazes relacionados à prevenção de doenças, cartas e bilhetes, livros, jornais, entre algumas possibilidades, contribuindo para sua valorização.

4. AVALIAÇÃO

Entendemos a avaliação como um processo diagnóstico, onde o professor analisa o desenvolvimento do aluno e reflete sobre como pode contribuir para o seu aprendizado. A partir desta avaliação processual e contínua do aluno serão elaborados relatórios com comentários detalhados sobre o desempenho dos alunos, acreditando que têm maior efeito do que notas e conceitos.

A avaliação dos AIS será feita de forma contínua, no exercício do trabalho em área com os supervisores de campo e durante as etapas intensivas. Para cada disciplina haverá uma ficha de avaliação, que deverá ser preenchida pela equipe de coordenação pedagógica (professores indígenas e não indígenas) logo após o final de cada etapa intensiva, sempre relacionada aos conteúdos trabalhados naquela disciplina. O próprio cursista também faz uma reflexão sobre seu aprendizado na ficha. Cada ficha será elaborada de acordo com os conteúdos programados para cada etapa intensiva.

Os alunos matriculados têm uma pasta onde são arquivados textos, avaliações escritas, desenhos e pesquisas elaboradas durante a formação.

Como a formação é feita em serviço, o preenchimento de relatórios descritivos, produções mensais, histórico do paciente, registro de atendimento ao paciente e outros documentos relacionados ao trabalho da saúde também serão utilizados para a avaliação do aluno.

Ao término do curso, cada aluno deverá entregar um trabalho de pesquisa sobre algum tema relacionado à saúde tradicional de seu próprio povo.

5. ÁREAS DE CONHECIMENTO E DISCIPLINAS

5.1.ÁREA DE CONHECIMENTO: LINGUAGENS

5.1.1.LÍNGUAS INDÍGENAS E LINGÜÍSTICA:

Objetivos:

- Valorizar as línguas indígenas, reafirmando a importância da oralidade em todas as suas manifestações (no uso cotidiano, nos discursos formais e cerimoniais, na narração de histórias, na UBS, na escola, nas reuniões etc).
- Desenvolver com os agentes de saúde em formação as competências de compreensão e produção na modalidade escrita de suas línguas nativas.

- Promover o uso das línguas indígenas possibilitando: o uso destas línguas como instrumento de expressão, de comunicação e de criação, nos novos contextos; como instrumento para desenvolver a autoconfiança, a autoestima e valorização das línguas; e como instrumento para a documentação do saber indígena, quando for de interesse das comunidades.
- Aprofundar a percepção dos agentes de saúde das relações entre Língua e Cultura, desenvolvendo suas competências enquanto tradutores de conceitos e categorias cognitivas de tradições culturais diferenciadas.
- Desenvolver reflexões sobre bilingüismo e multilingüismo e sobre as influências da língua portuguesa nas línguas indígenas, oferecendo subsídios aos agentes de saúde para compreender, identificar e acompanhar a situação lingüística de suas aldeias e terras indígenas e orientar metodologias e estratégias de valorização destas línguas.
- Subsidiar a produção pelos agentes de saúde de materiais escritos em sua língua materna para uso na comunidade e na escola, principalmente para contribuir no trabalho de educação para a saúde, contribuindo também no processo de reflexão sobre as funções da língua indígena escrita.

Conteúdos:

Reflexões sobre a língua, o indivíduo e a sociedade:

- Aquisição da língua materna
- Multilingüismo/ Bilingüismo, política lingüística
- Aquisição da língua portuguesa
- Língua e poder
- -Variação e mudança lingüística

Estudo da natureza da linguagem:

- As características da linguagem
- Língua falada e língua escrita
- A história da escrita: os distintos tipos de escrita

Construção de textos e discursos em diferentes contextos

- Interpretação de textos;
- Leitura
- Produção oral e escrita

Valorização e estudo da expressão oral nas línguas indígenas

- Estimular que agentes de saúde envolvam a comunidade em seus trabalhos de pesquisa, buscando ouvir depoimentos orais sobre diversos temas (práticas voltadas para a manutenção da saúde, conhecimentos

tradicionais da medicina, da agricultura e do manejo de recursos naturais, classificações destes recursos, história do contato entre os povos do PI X e com os não-índios, mitos, histórias de vida etc).

Utilização da língua indígena em novos contextos, como instrumento de criação e transmissão de conhecimentos.

- Discutir sobre os diferentes mecanismos usados pelos falantes na criação de novos termos, ou na revitalização de termos em situação de desuso. Refletir sobre estratégias de criação de novas palavras.
- Recuperação de vocábulos a partir de pesquisas.
- Criação de novos vocábulos a partir de recursos da própria língua.
- Recurso a empréstimos, com a devida adaptação fonológica.

Competências:

- Agentes de saúde capazes de analisar diferenças entre textos orais e escritos; valorizando a oralidade e percebendo características de diferentes tipos de textos orais.
- Agentes de saúde refletindo com sua comunidade sobre a criação de neologismos e desenvolvendo pesquisas sociolingüísticas, para direcionar estratégias sociais de valorização e uso das línguas indígenas.
- Agentes de saúde atuando como escritores e leitores criativos, elaborando materiais didáticos, cartazes e diferentes tipos de livros em suas línguas nativas.
- Agentes de saúde capacitados para atuar como tradutores de conceitos e categorias culturais diferenciadas em suas comunidades.
- Agentes de saúde refletindo sobre o processo de criação de novas funções das línguas indígenas escritas e promovendo o seu uso.
- Agentes de saúde interessados em pesquisar junto aos mais velhos das comunidades sua língua materna.

5.1.2.LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivos:

- Desenvolver as competências de produção e compreensão oral e escrita em Língua Portuguesa.
- Conhecer aspectos da estrutura da língua portuguesa através da leitura, interpretação e produção de diferentes tipos de textos orais e escritos.

- Instrumentalizar os AIS para a abordagem da Língua Portuguesa do ponto de vista de suas unidades textuais e de sua gramática.
- Negociar acordos ou planos através do diálogo.
- Conhecer a relação língua-padrão/variedade lingüística.
- Narrar fatos em seqüência temporal e/ou causal.
- Conhecer as funções sociais da escrita e refletir sobre elas.
- Desenvolver o conhecimento crítico através da leitura, interpretação e produção de textos de diferentes tipos.
- Incentivar a produção e a apreciação artística literária na língua portuguesa, como instrumento de criação.

Conteúdos:

- Competência comunicativa em língua portuguesa através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos: radiogramas, cartas, bilhetes, cartazes, ofícios e memorandos de encaminhamento de pacientes, histórico do paciente, relatórios descritivos e de produção mensais; registro de atendimento de pacientes, narração, descrição, relatório, texto científico, poesia, prosa literária, textos jornalísticos, textos instrutivos, leis, convites, correspondência oficial, letras de música etc.
- Discurso e postura formal e informal em situações de contato intercultural;
- A escrita como prática de sistematização de atividade de pesquisa.
- Aspectos da estrutura morfológica, sintática, semântica e gramatical da língua portuguesa, vistos através da conversação/exposição oral, leitura e produção de textos de diferentes tipos.
- As funções sociais da linguagem oral e da escrita.
- Estratégias de leitura e compreensão de textos para a formação de leitores críticos: inferência do significado das palavras e do conteúdo; desenvolvimento de velocidade na leitura; identificação de opiniões e posicionamento; habilidades de localização de itens em textos que envolvam listagens (dicionários, livros e manuais de saúde etc).

Competências:

- Agentes de saúde capazes de expressar-se oralmente e por escrito na língua portuguesa, utilizando-se de diferentes tipos de texto, em diferentes contextos.

- Agentes de saúde capazes de compreender a gramática da língua portuguesa, as unidades textuais e relações culturais que essas unidades estabelecem com o grupo de falantes historicamente constituídos.
- Desenvolvimento de competência na leitura: capacidade de inferência do significado de palavras na leitura, uso de listagens, identificação de opiniões em textos, fluência.
- Formação de leitores e escritores críticos, apreciadores da literatura, da leitura e produção de diferentes tipos de textos.
- Ser capaz de compreender e atuar em situações comunicativas que envolvem a língua portuguesa nas relações de contato com os não-índios, como tradutores e como assessores de lideranças nas reuniões relacionadas às políticas públicas e na política interna do Parque Indígena do Xingu.
- Agentes de saúde capazes de elaborar materiais didáticos e diferentes tipos de textos em língua portuguesa.

5.1.3.MATEMÁTICA:

Objetivos:

- Situar a matemática como uma atividade produzida socialmente e, portanto, condicionada histórica e culturalmente;
- Valorizar os conhecimentos matemáticos tradicionais dos povos indígenas;
- Propiciar a compreensão da matemática como forma de linguagem e atuação sobre a realidade, por meio da classificação, comparação, quantificação e medição;
- Estimular a realização de pesquisas sobre o saber-fazer relacionado à matemática na própria cultura;
- Promover o estudo da matemática de forma a propiciar uma compreensão de diferentes realidades, a partir de situações relacionadas tanto às práticas tradicionais de cada povo quanto às práticas provenientes do contato com a sociedade envolvente;
- Estimular os agentes na utilização da etnomatemática para interpretar, analisar, planejar, controlar e entre outras ações, intervir sobre a realidade;
- Propiciar aos agentes a apropriação de conhecimentos matemáticos necessários ao fortalecimento da autonomia em sua relação com a sociedade envolvente;
- Desenvolver reflexões sobre as diferenças entre economia capitalista e economia comunitária, possibilitando que os agentes elaborarem análises

com suas comunidades sobre as influências da economia capitalista sobre a economia tradicional, a partir da valorização das relações de parentesco, afinidade, reciprocidade e trocas.

Conteúdos:

Noções de Espaço e Dimensão

- Pesquisar as diferentes noções de espaço-tempo e dimensão de seu povo;
- Reconhecer e identificar na prática e no desenho as diferentes noções de espaço e dimensão.

Seqüência Numérica e Sistema Posicional Decimal:

- Pesquisar o sistema de contagem de seu povo;
- Compreensão, construção, ordenação e leitura do sistema de numeração;
- Localização posicional na seqüência, noção de intervalo e contagem por agrupamento;
- Contagem associada a estímulos visuais, sonoros e tácteis;
- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo seqüências numéricas, relacionadas à área de atuação;
- Compreensão dos números decimais.

As Quatro Operações:

- Manejo dos algoritmos da adição, subtração, multiplicação e divisão envolvendo números naturais;
- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo as quatro operações relacionadas à área de atuação;
- Manejo dos algoritmos da adição, subtração, multiplicação e divisão envolvendo números decimais;
- Calcular mentalmente as operações aritméticas.

Números Negativos:

- Compreensão do conceito de números inteiros;
- Saber identificar números cardinais e ordinais;
- Rever alguns itens dos conteúdos de seqüência numérica e as quatro operações utilizando o conceito de números negativos.

Fração:

- Compreensão do conceito associado à escrita formal da fração;
- Relacionar a escrita formal da fração com a escrita decimal;

- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo frações à área de atuação.

Proporção e Regra de Três:

- Compreensão da idéia de proporção entre duas grandezas a partir das relações de multiplicidade e fracionalidade;
- Compreensão e cálculo da regra de três;
- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo regra de três, relacionada à área de atuação.

Sistemas de Medidas:

- Pesquisar as medidas tradicionais de seu povo e as circunstâncias/modos de seu uso;
- Leitura e escrita dos números romanos;
- Compreensão da formação dos sistemas de medidas – comprimento, temperatura, peso, volume, área, monetário, tempo e capacidade de armazenamento computacional, – fazendo uso das unidades convencionais;
- Leitura dos respectivos instrumentos em diversas situações, incluindo a leitura de partes decimais;
- Escrita em notação e conversões de equivalência entre as unidades do mesmo sistema de medida;
- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo estes sistemas de medidas relacionados à área de atuação;

Especificidades do sistema monetário:

- Domínio de procedimentos para lidar com dinheiro e operações bancárias;
- Identificar influências, diferenças e igualdades entre economia comunitária e economia capitalista;

Especificidades na sistematização do tempo:

- Compreensão e relativização das diversas concepções de tempo: histórico, cronológico, mitológico, biológico, cosmológico, etc;
- Percepção do tempo (transcorrido ou a transcorrer) como construção cultural em diferentes contextos;
- Entendimento dos diferentes modos de periodização e contagem do tempo na história, os diversos instrumentos de marcação do tempo de pequenos e grandes ciclos (o calendário: dos povos indígenas, gregoriano, judaico, chinês, hebraico e o relógio: analógico e digital);
- Reflexão sobre o uso do tempo pela medicina ocidental e a tradicional indígena;

- Domínio da noção de intervalo.

Porcentagem:

- Compreensão do conceito de porcentagem;
- Relacionar porcentagens simples com frações;
- Cálculo da porcentagem utilizando o recurso da associação ou comparação com frações;
- Cálculo convencional da porcentagem;
- Interpretação e elaboração de situações problemas envolvendo porcentagem, relacionados à área de atuação.

Tabela:

- Compreensão da idéia de tabela;
- Localizar e inserir dados em uma tabela pronta;
- Interpretar e totalizar dados de uma tabela;
- Coletar dados relacionados à área de atuação e organizá-los para a elaboração e construção de uma tabela.
- Planilhas

Gráfico:

- Compreensão e entendimento do que é um gráfico e suas finalidades;
- Interpretar e localizar dados em gráficos de barra, linha e beiju (=pizza);
- Construção de gráficos de barra, linha, beiju e de coordenadas cartesianas partindo de uma tabela pronta.

Geometria:

- Pesquisar padrões de pinturas corporais, do artesanato e padrões gráficos de seu povo, relacionando a(s) circunstância(s) de seu uso;
- Compreensão do conceito de simetria;
- Relacionar figuras geométricas e polígonos.

Expressões Algébricas:

- Compreensão da Incógnita;
- Manejo da expressão algébrica do primeiro grau;
- Perceber ou identificar situações em que aparece o uso de expressões algébricas.

Competências:

- Apropriar-se de conhecimentos matemáticos necessários para o fortalecimento da autonomia de sua sociedade na relação com a sociedade envolvente;

- Utilizar a matemática no trabalho de atendimento das comunidades indígenas, nas situações em que ela se faz necessária;
- Utilizar a etnomatemática para interpretar a realidade e intervir sobre ela;
- Pesquisar sobre os conhecimentos matemáticos tradicionais de sua cultura;
- Identificar e refletir criticamente sobre a influência da economia capitalista na economia tradicional de suas comunidades;
- Buscar alternativas para evitar ou amenizar as influências ou conseqüências da lógica econômica capitalista, valorizando as relações de parentesco, afinidade, reciprocidade, generosidade e trocas.

5.1.4. ARTES

Objetivos

- Discutir o conceito de “arte” e “linguagem artística” enquanto manifestação de uma necessidade estética e expressiva de caráter universal.
- Refletir sobre a capacidade humana de transmitir experiências e idéias através da linguagem artística.
- Perceber, interpretar e usar as diferentes formas de expressão e comunicação nos diversos campos da arte, como música, dança, artes plásticas, artes cênicas, poesia e literatura, podendo utilizar essas linguagens no trabalho de educação para a saúde.
- Valorizar o desenvolvimento da intuição, imaginação, invenção e exploração lúdica, todas necessárias para a construção do conhecimento.

Conteúdos:

- Estudo das manifestações artísticas dos povos indígenas (elementos decorativos e simbólicos presentes nos objetos de uso cotidiano e ritual, arquitetura, música, dança, literatura oral e escrita, narrativas, etc), respeitando os papéis sociais envolvidos nessas expressões.
- Oficinas de desenho, desenho botânico, pintura, ilustração de histórias, história em quadrinhos; música e canto; poesia, narração de histórias, literatura; dramatização; produção e uso de instrumentos musicais; produção de material didático, modelagem.
- Manifestações artísticas da humanidade, através da abordagem da “História da Arte”, relacionada a diferentes povos.

- Apreciação, interpretação e análise de obras e produções de diferentes linguagens artísticas (filmes, vídeos, apresentações de dança, música, esculturas, pinturas, desenho, poesia, narrativas etc.).
- Relação entre cultura material, artesanato, recursos naturais, economia, uso e comercialização, manejo.

Competências

- Agentes de saúde capazes de apreciar diferentes linguagens e produções artísticas e de trabalhar com estas linguagens em sua prática pedagógica.
- Elaboração de livros didáticos, literários e instrutivos utilizando diferentes linguagens como a literatura, poesia, desenho, pintura etc.

5.1.5. EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA

Objetivos

- Estimular a abordagem crítica dos meios de comunicação de massa pelos agentes de saúde, analisando a imagem que esses meios de comunicação transmitem sobre os povos indígenas.
- Conhecer a história da televisão brasileira e a diferença entre TV comercial, pública e educativa.
- Estimular leituras críticas de diferentes programas da televisão brasileira (telejornais, novelas, comerciais etc).
- Compreender a relação entre os comerciais veiculados na TV e os hábitos de consumo, hábitos de saúde, alimentos etc...
- Compreender a televisão como parte da história das narrativas visuais (pintura, escultura, fotografia, cinema, vídeo).
- Conhecer e analisar produções independentes e parte do acervo audiovisual relacionado aos povos indígenas no Brasil e a produção dos cineastas indígenas.

Conteúdos

- Momentos significativos da história da televisão brasileira.
- Diferenças entre os modelos de organização da TV (comercial, governamental e pública).

- A questão da identidade nacional e a concentração da produção televisiva na Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).
- Análise das propagandas; os fetiches utilizados para atrair consumidores; o consumismo.
- Análise do documentário/reportagem de telejornal como uma construção ou versão do realizador.
- Análise da estrutura ideológica dos telejornais.
- História das narrativas visuais ao longo do tempo.
- A fotografia, o cinema.
- O início do cinema brasileiro com documentários sobre povos indígenas.
- Preconceito e discriminação na TV. A imagem estereotipada que a TV transmite de povos indígenas, negros, japoneses e outros grupos.
- A diversidade cultural presente nas TVs educativas.
- A pluralidade cultural na produção regional e na produção independente. A produção dos realizadores indígenas.
- Abordar a temática saúde transmitida pela TV, tendo uma visão crítica sobre o tema.

Competências

- Agentes de saúde melhor instrumentalizados para analisar os programas de televisão e as propagandas e a desenvolver com a família e a comunidade a leitura e análise crítica deste meio de comunicação de massa.
- Compreensão das diferenças entre TV comercial, governamental e pública.
- Agentes de saúde compreendendo o uso que as emissoras fazem das propagandas e os fetiches utilizados em sua veiculação.
- Agentes de saúde compreendendo o documentário e os telejornais como construções de seus realizadores e não como um retrato fiel da realidade.
- Agentes de saúde capazes de analisar diferenças entre a imagem que a TV comercial transmite dos povos indígenas, negros, japoneses e outros grupos e a imagem desses grupos sociais transmitida pelas TVs educativas.

5.2.ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS

5.2.1.HISTÓRIA

Objetivos

- Incentivar o desejo de conhecer, valorizar e registrar a história de seu povo, através de pesquisas junto às pessoas de suas comunidades.
- Estudar a história do contato com os não-índios, pesquisando e documentando os relatos dos adultos e mais velhos das comunidades. Possibilitar o contato dos agentes de saúde com o material etnográfico elaborado por pesquisadores e viajantes sobre povos do Parque Indígena do Xingu.
- Elaborar materiais didáticos a partir da produção de textos, gravação e transcrição de entrevistas e histórias de vida, registro de narrativas orais, canções etc.
- Estudar a relação entre as sociedades através de visões e versões da sua própria história.

Conteúdos

- Narrativas tradicionais de cada povo, narradas pelos homens e mulheres.
- História do contato interétnico de cada povo, antes do contato com os não-índios. Pesquisa na comunidade e acesso a registros etnográficos.
- História do contato com os não-índios. Pesquisa na comunidade e acesso a registros etnográficos.
- Registro de histórias de vida de pessoas da aldeia, principalmente daquelas que vivenciaram momentos importantes na história do povo e na história do atendimento à saúde no Parque.
- A história da demarcação e redução do território indígena. A história e o desenvolvimento da fiscalização da terra indígena até os dias atuais.
- História das políticas de saúde no PI X depois do contato:
 - Pesquisa sobre a situação de saúde antes do contato.
 - As doenças após a chegada do europeu e suas conseqüências após o contato com povos indígenas (como os povos que viviam no litoral e a história do próprio povo)
- História do Brasil e da América:
 - A história da formação do povo brasileiro.
 - Influências da cultura indígena na sociedade brasileira.

- Os povos indígenas (sociedade, economia, língua e cultura) na época da chegada dos portugueses ao Brasil, recuperando diversas fontes de documentação histórica.
- A sociedade europeia na época das grandes navegações.
- A chegada dos europeus à América. A visão do europeu e a visão do índio.
- A vida de povos indígenas nas Américas, na época da chegada dos europeus.
- Os colonizadores, os jesuítas, os bandeirantes e seu papel na ocupação territorial e na exploração econômica (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, borracha).
- Movimentos de resistência e alianças entre os povos indígenas contra os colonizadores e a escravidão indígena.
- Os povos da África e a invasão de seu território.
 - O racismo e a escravidão dos povos africanos.
 - Resistência dos povos africanos e seus descendentes no Brasil.
 - Influências culturais dos povos africanos na cultura brasileira.
- Política indigenista:
 - Política indigenista nos primeiros séculos de contato.
 - O Serviço de Proteção ao Índio e sua atuação.
 - A Fundação Nacional do Índio.
- O período da ditadura militar e suas consequências para os povos indígenas (abertura de estradas, projetos de colonização, perseguição política etc).
- A Constituição Brasileira de 1988 e leis relacionadas à questão indígena e ambiental.
- Mobilização dos povos indígenas no decorrer da história; a criação das associações indígenas.
- As organizações governamentais e não-governamentais de apoio aos povos indígenas.
- Conquistas dos povos indígenas na educação escolar e na saúde.

Competências

- Agentes de saúde relacionando noções de tempo e espaço, compreendendo a sua articulação, para a interpretação e a caracterização de formas de organização social, econômica, territorial e política de sua e de outras sociedades.

- Apropriação de instrumentos analíticos e interpretativos da História e da Geografia, que contribuam ao entendimento da posição espacial e da história específica de seu povo e da história de outras sociedades indígenas, no Brasil e no mundo.
- Agentes de saúde reafirmando a especificidade de suas próprias concepções e categorias de tempo e espaço, comparativamente às categorias vigentes na sociedade ocidental.
- Agentes de saúde compreendendo o processo articulado de construção do território e da identidade de seus ocupantes, bem como os contextos históricos e transformação da realidade social ao longo do tempo.
- Agentes de saúde compreendendo que as diferenças de perspectivas e interpretações sobre acontecimentos dependem da posição de cada ator no espaço geográfico e social.
- Agentes de saúde atuando como pesquisadores em suas comunidades, sistematizando essas pesquisas através de diferentes formas de registro.

5.2.2.GEOGRAFIA

Objetivos:

- Pesquisar e documentar o conhecimento geográfico indígena.
- Conhecer o saber geográfico ocidental.
- Desenvolver o estudo da geografia como instrumento para a compreensão do espaço físico-territorial visando o uso adequado e preservação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de alternativas econômicas auto-sustentáveis.
- Desenvolver o estudo da geografia numa perspectiva histórica, visando a análise crítica da ocupação do território de cada povo indígena, bem como da ocupação dos não-índios sobre o território indígena.
- Desenvolver o estudo dos impactos ambientais causados pela exploração desenfreada dos recursos naturais nos limites do entorno das terras indígenas para que os povos indígenas possam se mobilizar na defesa de seu território, solucionando ou amenizando os problemas decorrentes desses impactos.
- Conhecer e respeitar a pluralidade cultural.
- Conhecer e discutir os impactos ambientais no planeta.

Conteúdos:

Organização do espaço local e regional:

- O que é geografia - como surgiu e para que serve.
- Território indígena: organização e produção do espaço geográfico.
- Cartografia.
- A relação natureza/sociedade indígena.
- O processo de invasão e demarcação do território indígena.
- Uso do território indígena: coleta, agricultura, caça e pesca, artesanato.
- Relação entre aldeia/terra indígena com as cidades e regiões do entorno das terras indígenas;
- Experiências de uso sustentável do território indígena e equilíbrio da floresta.

Geografia cultural.

- O confinamento territorial e o processo de sedentarização dos povos indígenas.
- O sedentarismo das populações indígenas, suas causas e conseqüências (na alimentação, higiene, produção de alimentos, uso de matérias primas etc).
- Pesquisar e documentar o conhecimento geográfico indígena:
- Ocupação do território, hidrografia, recursos naturais, demografia, meios de orientação, astronomia, organização do espaço da aldeia, agricultura, geopolítica, qualidade de vida/socioambiental.

O estado de Mato Grosso e outros a região centro-oeste:

- Cartografia.
- O processo de invasão/ocupação do território indígena.
- A luta dos povos indígenas na conquista e utilização de seu território: as atividades econômicas dos povos indígenas.
- A apropriação e a utilização do território de Mato Grosso pelos não-índios.
- Região Centro-Oeste e Norte no contexto econômico e cultural brasileiro e mundial.
- Os desequilíbrios ecológicos na vegetação, no solo, no clima, na hidrografia.
- Povos indígenas do Mato Grosso.
- A população não-indígena. As migrações. A miscigenação.

Organização de espaço brasileiro:

- Cartografia.

- O processo de invasão e ocupação do território brasileiro.
- Apropriação, utilização e conservação do território pelos povos indígenas:
- Quem e quantos povos são hoje; onde e como vivem.
- A relação dos povos indígenas e não indígenas com a natureza no Brasil.

Economia:

- Caça e pesca, coleta, agricultura, extrativismo, produção e comercialização de artesanato e outros produtos, trabalho assalariado, projetos, comunitários, ecoturismo.

A questão ambiental dentro dos territórios indígenas e no seu entorno.

- O acúmulo de lixo e dos perigos para a saúde; controle do lixo orgânico e inorgânico; orientações sobre a contaminação através de pilhas, baterias e frascos de óleo 2T.

Organização política do território e organização do Estado.

- Os muitos "países" dentro de um só: os grandes contrastes regionais, a configuração do centro e a periferia:
- A indústria definindo a organização do espaço geográfico dos não-índios.
- A economia brasileira atual: extrativismo vegetal e mineral, indústria, agricultura e pecuária, comércio interno e externo.
- Onde e como vivem os brasileiros da cidade e do campo.
- Somos iguais e diferentes: possíveis relações entre índios e não-índios.
- Economia comunitária e economia capitalista
- Diferenças do trabalho, produto, cultura e economia nas comunidades tradicionais e na sociedade industrial.

O Brasil no contexto internacional.

- Organização do espaço mundial.
- A questão ambiental no mundo.
- A desordem mundial: determinantes históricos, políticos e econômicos como critério de regionalização e de desigualdade.
- A globalização da economia.

Competências

- Agentes de saúde relacionando noções de tempo e espaço, compreendendo a sua articulação, para a interpretação e a caracterização de formas de organização social, econômica, territorial e política de sua e de outras sociedades.
- Apropriação de instrumentos analíticos e interpretativos da História e da Geografia, que contribuam ao entendimento da posição espacial e da

história específica de seu povo e da história de outras sociedades indígenas, no Brasil e no mundo.

- Agentes de saúde reafirmando a especificidade de suas próprias concepções e categorias de tempo e espaço, comparativamente às categorias vigentes na sociedade ocidental.
- Agentes de saúde compreendendo o processo articulado de construção do território e da identidade de seus ocupantes, bem como os contextos históricos e transformação da realidade social ao longo do tempo.
- Agentes de saúde compreendendo que as diferenças de perspectivas e interpretações sobre acontecimentos dependem da posição de cada ator no espaço geográfico e social.
- Agentes de saúde atuando como pesquisadores em suas comunidades, sistematizando essas pesquisas através de diferentes formas de registro.
- Agentes de saúde capazes de ler, interpretar e produzir mapas.
- Agentes de saúde interessados em aprender com os especialistas de suas comunidades, formas de uso, manejo e ocupação do território indígena.

5.2.3. ANTROPOLOGIA

Objetivos

- Propiciar aos agentes de saúde o entendimento de alguns conceitos básicos que fazem parte do campo de estudo da Antropologia, aguçando sua capacidade de reflexão crítica, em torno das noções de cultura, tradição e diversidade cultural;
- Refletir criticamente sobre a especificidade da organização social e política do seu povo e as relações inter-étnicas mantidas pelos diferentes povos do Parque entre si e com segmentos da sociedade envolvente, compreendendo o contexto mais amplo e as transformações na vida social, econômica e política de suas comunidades.
- Promover a reflexão sobre os processos de aprendizagem na própria sociedade, valorizando os conhecimentos dos especialistas indígenas e suas formas tradicionais de ensino-aprendizagem.
- Proporcionar a reflexão entre os agentes de saúde sobre as relações sociais, econômicas e políticas nas sociedades indígenas antes e após o contato, analisando as mudanças decorrentes do convívio com a

sociedade não-indígena. Partindo de uma visão crítica das influências da sociedade majoritária, elaborar, em conjunto com a comunidade, estratégias de fortalecimento de suas culturas.

Conteúdos

- História da antropologia; o trabalho do antropólogo, pesquisa de campo.
- Conhecimentos práticos, estéticos e espirituais
- Transmissão de conhecimento
- Análise dos conceitos de símbolo e cultura.
- Conceito de história e o caráter dinâmico da cultura.
- A importância dos mitos
- Estudo das relações sociais, econômicas e políticas na própria sociedade e na sociedade brasileira: parentesco e casamento, relações de trabalho, distribuição e desigualdade, relações de poder.
- Reciprocidade generalizada, equilibrada e negativa.
- Identidade e alteridade.
- A ética universal e os direitos humanos.
- Etnocentrismo e racismo; estereótipo e discriminação; relativismo cultural e respeito universal.
- Estudo de diferentes religiões (budismo, hinduísmo, xintoísmo, cristianismo, candomblé, umbanda, espiritismo etc); reflexão sobre religiões de povos indígenas e sua relação com a saúde do povo; o xamanismo.
- Diferenças entre economia capitalista e economias comunitárias.
- Relações entre pré-produtores (crianças), produtores (adultos e adolescentes) e pós-produtores (idosos).
- Reciprocidade (generalizada, equilibrada e negativa).
- Ritos de passagem (separação, margem e agregação).
- Classificação e hierarquia dos espaços (profano, sagrado e íntimo).

Competências

- Compreensão de alguns conceitos básicos que fazem parte do campo de estudo da Antropologia, contribuindo para a reflexão crítica em torno das noções de cultura, de tradição e de diversidade cultural.
- Agentes de saúde refletindo sobre a especificidade da organização social e

política de seu povo, sua visão de mundo e, particularmente, sobre as formas de expressão de sua própria tradição, em comparação com a de outras sociedades indígenas e de distintos segmentos da sociedade brasileira.

- Agentes de saúde capazes de produzir análises sobre a realidade social e cultural, de seu povo e de outros grupos.
- Agentes de saúde capazes de traduzir as diferenças conceituais que embasam as classificações e os conhecimentos de sociedades culturalmente diferenciadas.
- AIS preparados para atuar como mediadores interculturais nas intervenções de saúde.

5.3.ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS NATURAIS

5.3.1.ECOLOGIA e BIOLOGIA

Objetivos

- Desenvolver o estudo das relações dos seres vivos entre si e com o meio-ambiente, valorizando e documentando os conhecimentos indígenas sobre a flora, a fauna, os solos, tipos de vegetação e ecossistemas, manejo e cultivo de espécies vegetais e animais, dos recursos naturais, astronomia e conhecimentos espirituais.
- Promover entre os agentes de saúde uma reflexão acerca das diversas formas de classificar o mundo, produzidas por diferentes sociedades.
- Estudar as transformações que os seres humanos realizam sobre o meio ambiente, analisando as conseqüências positivas ou negativas dessa interferência, ressaltando a importância do uso adequado e da preservação dos recursos naturais.
- Estabelecer a relação entre saúde e meio ambiente, buscando alternativas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida.
- Contribuir com ações de identificação, planejamento e manejo de recursos naturais estratégicos entre os povos envolvidos, buscando a integração entre lideranças, agentes de saúde, professores e comunidades na definição de prioridades e ações a serem realizadas.

Conteúdos

- Conceitos de ecologia e ecossistemas: classificação utilizada pelos povos indígenas e concepções não-indígenas.
- A história do desenvolvimento da ecologia.
- Alterações sazonais da natureza, que determinam o ciclo de trabalho nas roças, coleta e a extração de produtos da floresta, a caça e a pesca, o uso de instrumentos diversos para a obtenção de alimentos de acordo com a época.
- O ciclo de festas, a confecção de artesanato, aos ritos de passagem, obtenção e preparo de alimentos e aparecimento de algumas doenças.
- -Recursos naturais e ciência da roça.
- As formas tradicionais de uso dos recursos naturais.
- Levantamento das formas de classificação de animais, plantas, insetos, aves, peixes.
- Estudo das plantas nativas e cultivadas, a importância da preservação de espécies através das formas de manejo tradicional e da introdução de novas formas de manejo adotadas (manejo de recursos vitais para as comunidades, apicultura e meliponicultura; análise de experiências em desenvolvimento em diferentes terras indígenas).
- Atividades predatórias e os impactos ambientais e sociais: desmatamento; erosão; assoreamento, desertificação; agentes poluidores do ar, da água e do solo; queimadas; agrotóxicos; substâncias químicas na extração de minérios; lixo; radiação e lixo nuclear.
- Aquecimento global.
- Extinção de espécies vegetais e animais, uso de produtos transgênicos.
- Levantamento dos problemas ambientais dentro do PIX e do seu entorno; construção coletiva de estratégias de solução.
- Conseqüências ambientais do modelo de pecuária e agricultura extensiva.
- Impactos ambientais causados por madeireiras, garimpos, mineradoras, hidrelétricas, estradas, indústrias, hidrovias etc.
- Alternativas sustentáveis de preservação ambiental para reverter quadros de degradação (reflorestamento, reconstituição florestal, consórcio agro-florestal; extrativismo e aproveitamento dos produtos da floresta; manejo de fauna etc).
- Ambientes: contextos históricos e transformação dos ambientes ao longo do tempo; a destruição e/ou degradação dos ambientes naturais; a diferença entre "preservação" e "conservação" dos ambientes; relação entre saúde e meio ambiente;

Competências

- Agentes de saúde se utilizando de noções básicas para interpretar e analisar representações e usos dos ambientes.
- Agentes de saúde valorizando as representações, conhecimentos e práticas de manejo dos ambientes e dos recursos naturais de seu povo.
- Agentes de saúde reconhecendo as transformações do modo de vida em suas comunidades, no que diz respeito aos usos dos recursos naturais; entender o impacto de novas tecnologias em sua vida pessoal, nas formas de produção e na vida social de sua comunidade.
- Agentes de saúde pesquisando e registrando conhecimentos de seu povo sobre os ambientes, o uso e o manejo dos recursos naturais.
- Agentes de saúde comprometidos em identificar e controlar impactos ambientais dentro da terra indígena e no seu entorno.
- Agentes de saúde desenvolvendo materiais didáticos, com a contribuição de professores e de suas comunidades.
- Agentes de saúde atuando na educação para a saúde, voltada para a prevenção de doenças, em conjunto com os professores, pajés, raizeiros e lideranças.
- Adoção pela comunidade de ações práticas voltadas para o controle do lixo, saneamento e higiene, visando a prevenção de doenças.
- Agentes de saúde valorizando a alimentação tradicional e envolvidos em atividades de cultivo, caça, pesca, coleta de alimentos e preparo de receitas tradicionais.

5.3.2.FÍSICA E QUÍMICA

Objetivos:

- Conhecer aspectos da ciência ocidental relacionando os conhecimentos da física e química com a vida cotidiana.

Conteúdos:

- Transformações físicas e químicas presentes nas atividades cotidianas dos povos indígenas (preparo de alimentos, confecção de artesanato etc).

- Os medicamentos naturais e industrializados (como são produzidos, princípios ativos etc).
- Preparo da lâmina de malária, mistura de substâncias para coloração de lâminas.
- Luz, calor, som, movimento, combustão.
- Conceitos básicos sobre eletricidade e mecânica.
- Fontes naturais e artificiais de energia e as conseqüências ambientais e sociais do uso de diferentes formas de energia.
- Funcionamento de máquina a vapor, hidrelétrica, TV etc.
- Estudar calor e frio relacionados à saúde (tanto fisicamente quanto na questão da esterilização de materiais, vacinação e conservação de medicamentos).

Competências

- Agentes de saúde compreendendo noções de física e química relacionando essas ciências com a sua vida cotidiana.
- Valorizar os medicamentos utilizados por seu povo.

5.3.3.SAÚDE E CORPO HUMANO

Objetivos:

- O aluno deverá identificar os problemas de saúde, especificamente aqueles ligados às mudanças provenientes do contato com a sociedade envolvente;
- Identificar os determinantes do processo saúde-doença que interferem nas condições de saúde em sua comunidade;
- Conhecer o corpo humano, sua anatomia e fisiologia, a partir da representação social do seu povo e a partir do conhecimento científico;
- Conhecer e identificar as relações entre o ser humano, a natureza e o meio ambiente e seu impacto na saúde e na qualidade de vida de seu povo;
- Reconhecer e participar da organização dos serviços de saúde;
- Valorizar o conhecimento tradicional indígena relacionado aos diferentes momentos do ciclo da vida, seus ritos de passagem, cuidados e vulnerabilidades;

- Identificar as principais doenças, transmissíveis e não transmissíveis que ocorrem entre as crianças, jovens, adultos e idosos de sua comunidade.

Conteúdos;

- O Corpo Humano – para os povos indígenas: anatomia, fisiologia e composição;
- O Corpo Humano – para o conhecimento científico: anatomia, fisiologia.
- As diferentes fases da vida – o ciclo da vida – ritos de passagem e cuidados
- Estudo da célula, tecidos e órgãos;
- Anatomia e fisiologia – sistemas: reprodutivo, circulatório, respiratório, digestório, excretor, nervoso e endócrino;
- Relações entre os seres vivos, modo de vida, meio ambiente, economia e a determinação do processo saúde-doença;
- Etiologia e classificação das doenças – do ponto de vista do conhecimento indígena e do conhecimento ocidental;
- Modos de transmissão das doenças relacionadas com a ausência ou deficiência de saneamento, transmissão oro-fecal, respiratória e sexual;
- Vigilância à saúde – território-processo;
- Reflexão sobre as mudanças provenientes da relação intercultural e seu impacto na saúde dos povos indígenas;
- Estudo dos nutrientes – Vigilância Nutricional – Segurança Alimentar;
- Desnutrição;
- Doenças Transmissíveis: DST, Doenças Respiratórias, Doenças Diarréicas, Doenças de pele, Doenças preveníveis por vacinação, outras doenças prevalentes na região;
- Sistema Reprodutivo: sexualidade e cultura;
- Doenças Diarréicas e parasitoses intestinais;
- Saneamento básico e doenças associadas;
- Gerência e gestão do DSEI: instrumentos de trabalho, noções de epidemiologia, estatística, demografia e sistema de informação;
- Política de saúde e de saúde indígena;
- Organização dos Serviços de Saúde – SUS e subsistema de saúde indígena;
- Mudanças no perfil epidemiológico das populações indígenas;
- Doenças Endêmicas;

- Doenças não-transmissíveis: HA, Diabetes e alcoolismo;
- Educação em saúde - promoção e proteção da saúde;
- O conhecimento tradicional sobre o corpo e sobre as doenças;
- A medicina tradicional e seus conhecedores;

Competências:

- O agente de saúde é capaz de identificar os determinantes do processo saúde-doença a partir do conhecimento científico e do conhecimento tradicional de seu povo;
- O agente de saúde conhece o corpo humano, sua anatomia e funcionamento a partir do conhecimento científico e do conhecimento tradicional indígena;
- O agente de saúde percebe as relações entre o ser humano, a natureza e o meio ambiente e o seu impacto na saúde e qualidade de vida de seu povo;
- O agente de saúde percebe e identifica as mudanças culturais advindas do contato intercultural e suas repercussões na saúde e qualidade de vida de seu povo;
- O agente de saúde identifica as principais doenças, transmissíveis e não transmissíveis, que ocorrem nas crianças, adultos e idosos e conhece os procedimentos básicos para preveni-las e/ou controlá-las;
- O agente de saúde conhece a política de saúde, a organização dos serviços de saúde e seus direitos como cidadão e participa de sua implementação.